



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL**

Agravo de Instrumento nº.: 0065867-08.2018.8.19.0000

Agravante: Ministério Público

Agravado: Estado do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento. Ação Civil Pública. Saúde Pública. Repasse de recursos. Pretensão de aplicação da regra do art. 6º. LC 141/12. Recurso prejudicado.

1. A decisão de fls. 2.421/2.430 dos autos originários restabeleceu a obrigação de o Estado, ora agravado, transferir recursos públicos à saúde pública, em valores que correspondam a 12% da receita-base.

2. Destarte, restou revogada a decisão alvejada no presente recurso.

3. Assim, há perda superveniente do interesse recursal do agravante.

4. Agravo de Instrumento a que não se conhece.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº. 0065867-08.2018.8.19.0000, em que é agravante Ministério Público e agravado Estado do Rio de Janeiro,

ACORDAM os Desembargadores da Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, à unanimidade



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO**

de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Desembargador Relator.

RELATÓRIO:

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público em face de decisão – fls. 1.929/1.941 - proferida pela MM^a. Dr^a. Juíza de Direito da 13^a. Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital que, nos autos da ação civil pública proposta pelo agravante em face do agravado, restringiu ao valor de R\$ 250.000.000,00 a execução da liminar inicialmente concedida.

Nas razões recursais, alega o agravante que não há fato novo que autorize a restrição da liminar imposta pela decisão vergastada. Afirma que os fundamentos da decisão censurada já foram rejeitados por esta Câmara nos autos do primeiro agravo de instrumento (agravo de instrumento nº. 0023334-05.2016.8.19.0000). Sustenta que a LC nº. 141/12 não admite a flexibilização promovida pelo juízo *a quo*, uma vez que exige que o Estado aplique o percentual mínimo de 12% da receita auferida. Assevera que a norma do art. 21, parágrafo único LINDB não é aplicável ao caso dos autos.

Requer o provimento do recurso para restabelecer-se integralmente a liminar deferida às fls. 47/72. Requereu a concessão de efeito suspensivo.

Indeferi o efeito suspensivo às fls. 22/23, dispensando as informações.

As contrarrazões de fls. 38/68 prestigiam a decisão agravada.

A d. Procuradoria de Justiça opinou, em seu parecer de fls. 71/90, pelo provimento do recurso.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO**

Às fls. 219/223, afirma o agravado que o recurso está prejudicado, porquanto não mais subsiste a decisão vergastada.

É o relatório.

VOTO:

Está, efetivamente, prejudicado o presente recurso.

Analizados os autos principais, constata-se que a decisão de fls. 2.421/2.430 proibiu o agravado de efetivar novas contratações, exceto quanto às áreas de saúde, segurança, educação e as que permitirem o aumento da receita orçamentária – até o dia 25.04.2019, quando deverá ser apresentado novo planejamento indicando o valor dos repasses equivalente ao percentual de 12% sobre a receita-base, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 50.000,00 e de agravamento da medida executiva que consistirá no sequestro do montante devido na forma do art. 301 do CPC.

Essa restabeleceu, portanto, a obrigação de o ora agravado transferir recursos públicos à Saúde Pública, em valores que correspondam a 12% da receita-base, como havia sido determinado na primitiva decisão de fls. 47/72.

Com efeito, a decisão supracitada revogou a restrição da liminar imposta pela decisão aqui censurada. Ou seja, não mais existe o teto de R\$ 250.000.000,00.

Assim, há perda superveniente do interesse recursal do agravante.

Grife-se que a decisão que concedeu o efeito suspensivo nos autos do Agravo de Instrumento nº. 0019328-47.2019.8.19.0000 – fls. 2.527/2.533 –



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO**

(interposto pelo agravado em face da decisão de fls. 2.421/2.430 dos autos principais) não restabeleceu os efeitos da decisão aqui recorrida.

O recurso não deve ser, portanto, conhecido.

Por tais fundamentos, não se conhece do recurso.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2.019.

Horácio dos Santos Ribeiro Neto
Desembargador Relator